



ATOS DO PODER EXECUTIVO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA
GABINETE DA PREFEITA**

PORTARIA GAPRE Nº 926/2026

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE GUARABIRA, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos art. 18, incisos VII e X da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 67 da Lei nº 2.256/2025, resolve

NOMEAR

ANA PAULA DA SILVA FERREIRA para exercer o Cargo, de provimento em Comissão, de Diretor de Policlínica Municipal, Símbolo DAE-4, fixado na Secretaria de Saúde.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Guarabira, 08 de outubro de 2026.



MARIA HAILEA ARAUJO
TOSCANO
GAPRE
Prefeita
*** 764.144-**-**
Data: 15/10/2026 16:58:47 -03:00

Maria Hailéa Araújo Toscano
Prefeita

Republicar por Incorreção



CHEFIA DE GABINETE DA PREFEITA
Rua Sólton de Lucena, 26 – Centro – CEP: 58200-056
Guarabira/PB – Telefones: (83) 3502-1245
prefeitura@guarabira.pb.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA
GABINETE DA PREFEITA**

PORTARIA GAPRE Nº 938/2026

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE GUARABIRA, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos art. 18, incisos VII e X da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 67 da Lei nº 2.256/2025, resolve

NOMEAR

RAFAEL TOSCANO DE MORAIS FARIAS para exercer o Cargo, de provimento em Comissão, de Assessor de Gabinete, Símbolo DAE-4, fixado no Gabinete da Prefeita.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Guarabira, 15 de outubro de 2026.



MARIA HAILEA ARAUJO
TOSCANO
GAPRE
Prefeita
*** 764.144-**-**
Data: 15/10/2026 13:01:38 -03:00

Maria Hailéa Araújo Toscano
Prefeita



CHEFIA DE GABINETE DA PREFEITA
Rua Sólton de Lucena, 26 – Centro – CEP: 58200-056
Guarabira/PB – Telefones: (83) 3502-1245
prefeitura@guarabira.pb.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA
GABINETE DA PREFEITA**

PORTARIA GAPRE Nº 939/2026

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE GUARABIRA, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos art. 18, incisos VII e X da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, a Portaria GAPRE nº 935/2026, que designou **MANOEL CLEMENTINO DE OLIVEIRA NETO** para exercer o Cargo, de provimento em Comissão, de Secretário de Esportes, Símbolo SM-100.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Guarabira, 15 de outubro de 2026.



MARIA HAILEA ARAUJO
TOSCANO
GAPRE
Prefeita
*** 764.144-**-**
Data: 15/10/2026 14:48:28 -03:00

Maria Hailéa Araújo Toscano
Prefeita



CHEFIA DE GABINETE DA PREFEITA
Rua Sólton de Lucena, 26 – Centro – CEP: 58200-056
Guarabira/PB – Telefones: (83) 3502-1245
prefeitura@guarabira.pb.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA
GABINETE DA PREFEITA**

PORTARIA GAPRE Nº 940/2026

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE GUARABIRA, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos art. 18, incisos VII e X da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 67 da Lei nº 2.256/2025, resolve,

EXONERAR

MANOEL CLEMENTINO DE OLIVEIRA NETO do Cargo, de provimento em Comissão, de Assessor Especial Nível III, Símbolo DAI-3, fixado na Secretaria de Esportes, Lazer e da Juventude.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Guarabira, 15 de outubro de 2026.



MARIA HAILEA ARAUJO
TOSCANO
GAPRE
Prefeita
*** 764.144-**-**
Data: 15/10/2026 14:48:28 -03:00

Maria Hailéa Araújo Toscano
Prefeita



CHEFIA DE GABINETE DA PREFEITA
Rua Sólton de Lucena, 26 – Centro – CEP: 58200-056
Guarabira/PB – Telefones: (83) 3502-1245
prefeitura@guarabira.pb.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA
GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA GAPRE Nº 941/2026

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE GUARABIRA, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos art. 18, incisos VII e X da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 67 da Lei Municipal nº 2.256/2025, resolve

NOMEAR

MANOEL CLEMENTINO DE OLIVEIRA NETO para exercer o Cargo, de provimento em Comissão, de Secretária de Esportes, Lazer e da Juventude, Símbolo SM-100.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Guarabira, 15 de outubro de 2026.



MARIA HAILÉA ARAÚJO
TOSCANO
GAPRE
Prefeita
Data: 15/10/2026 14:48:28 -03:00

Maria Hailéa Araújo Toscano
Prefeita



CHEFIA DE GABINETE DA PREFEITA
Rua Sólón de Lucena, 26 – Centro – CEP: 58200-056
Guarabira/PB Telefones: (83) 3502-1245
prefeitura@guarabira.pb.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA
GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA GAPRE Nº 942/2026

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE GUARABIRA, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos art. 18, incisos VII, IX, X e XXV da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 32, I, da Lei Municipal 2.045/2023, considerando a necessária readequação administrativa,

RESOLVE remover o servidor PAULO DE OLIVEIRA, Matrícula 0022600, Auxiliar de Serviços Diversos, da Secretaria de Esportes, lazer e da Juventude, para a Secretaria de Cultura e Turismo.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Guarabira, 15 de outubro de 2026.



MARIA HAILÉA ARAÚJO
TOSCANO
GAPRE
Prefeita
Data: 15/10/2026 15:25:29 -03:00

Maria Hailéa Araújo Toscano
Prefeita



CHEFIA DE GABINETE DA PREFEITA
Rua Sólón de Lucena, 26 – Centro – CEP: 58200-056
Guarabira/PB Telefones: (83) 3502-1245
prefeitura@guarabira.pb.gov.br

ATOS DO CMDCA

REGIMENTO INTERNO

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL - CREAS

MUNICÍPIO DE GUARABIRA - PARAÍBA

CAPÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO, VINCULAÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Guarabira é uma unidade pública estatal, de abrangência municipal, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Art. 2º. O CREAS configura-se como unidade de oferta da Proteção Social Especial de Média Complexidade, responsável pela oferta de orientação e apoio especializado e continuado a indivíduos e famílias com seus direitos violados, cujos vínculos familiares e comunitários encontram-se fragilizados ou ameaçados, ou que necessitem de apoio para o restabelecimento de vínculos rompidos.

Art. 3º. São diretrizes de funcionamento do CREAS Guarabira:
Centralidade na família e fortalecimento de sua função protetiva;
Territorialização e trabalho em rede;
Respeito à diversidade, dignidade e autonomia dos sujeitos;
Não revitimização e atendimento humanizado;
Interdisciplinaridade e intersetorialidade.

CAPÍTULO II

DO PÚBLICO-ALVO E DOS SERVIÇOS OFERTADOS

Art. 4º. O público-alvo do CREAS constitui-se de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos, tais como:

- Violência física, psicológica e negligência;
- Violência sexual (abuso e/ou exploração);
- Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção;
- Situação de rua e mendicância;
- Trabalho infantil;
- Discriminação em decorrência de orientação sexual, raça/etnia, idade ou deficiência;
- Descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) por violação de direitos;
- Adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.

Art. 5º. O CREAS Guarabira oferta obrigatoriamente os seguintes serviços, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009):

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI):
 - Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos.
 - Deve oferecer atendimento psicossocial, orientação jurídico-social e promover a inscrição no Cadastro Único.
- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC):
 - Finalidade de prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas determinadas judicialmente.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E RECURSOS HUMANOS

Art. 6º. A equipe de referência do CREAS deve observar a NOB-RH/SUAS e a Resolução CNAS nº 17/2011, sendo composta minimamente por:

- Coordenador(a);
- Assistente Social;
- Psicólogo(a);
- Advogado(a);
- Pedagogo
- Educador(a) Social
- Equipe de Apoio Administrativo e Operacional (Recepcionista, Auxiliar Administrativo, Motorista, Serviços Gerais).

Parágrafo Único. A equipe deverá atuar de forma interdisciplinar, respeitando as competências e atribuições privativas de cada categoria profissional, conforme Resolução CNAS nº 17/2011.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS

Seção I - Das Atribuições Conjuntas e Interdisciplinares

Art. 7º. Compete conjuntamente aos técnicos de referência (Psicólogo, Assistente Social e Pedagogo), compondo o Núcleo Comum de atuação interdisciplinar conforme Resolução CNAS nº 17/2011, as seguintes atribuições:

- Elaboração de Plano de Acompanhamento:** Construir, em conjunto com a família e o indivíduo, o Plano de Acompanhamento Familiar (PAF) ou o Plano Individual de Atendimento (PIA), pactuando metas e compromissos para a superação da situação de violação de direitos;
- Estudo de Caso:** Realizar reuniões periódicas para discussão de casos, definição de estratégias de intervenção e avaliação dos resultados alcançados;
- Articulação de Rede:** Estabelecer contatos e fluxos com a rede socioassistencial (CRAS, Abrigos) e intersetorial (Saúde, Educação, Justiça), visando a integralidade da proteção;



- IV. **Acolhida Inicial:** Realizar a escuta inicial qualificada para compreensão da demanda e inclusão no serviço, quando a complexidade do caso exigir olhar multiprofissional;
- V. **Visitas Domiciliares:** Realizar visitas domiciliares conjuntas quando a situação exigir avaliação integral das condições sociais, relacionais e educacionais;
- VI. **Grupos:** Planejar e executar oficinas e grupos socioeducativos com famílias e indivíduos;
- VII. **Registro:** Alimentar os sistemas de informação (RMA/Prontuário SUAS) referentes aos atendimentos compartilhados.

Seção II - Das Atribuições Compartilhadas

Art. 8º. Compete a qualquer técnico de nível superior da equipe de referência, visando garantir a fluidez do serviço e o atendimento ao público:

- I. Representar o CREAS em reuniões da rede de proteção, comissões ou conselhos de direitos, quando designado pela coordenação;
- II. Realizar a busca ativa de usuários no território;
- III. Prestar informações gerais aos usuários sobre o funcionamento do SUAS e direitos socioassistenciais;
- IV. Zelar pela guarda e sigilo ético das informações contidas nos prontuários, conforme Código de Ética de suas respectivas profissões e Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Seção III - Das Atribuições Privativas e Específicas do(a) Assistente Social

Art. 9º. Compete exclusivamente ou especificamente ao Assistente Social, em observância às atribuições de seu **Núcleo Específico** fundamentadas na Lei Federal nº 8.662/1993:

- I. **Estudo Socioeconômico:** Realizar estudos socioeconômicos para fins de análise de concessão de benefícios eventuais, transferência de renda ou habitação;
- II. **Análise da Materialidade:** Analisar as condições materiais de vida, moradia e trabalho das famílias, e seu impacto na situação de violação de direitos;
- III. **Viabilização de Direitos:** Orientar e encaminhar usuários para acesso à documentação civil, benefícios previdenciários (BPC/LOAS) e inclusão no Cadastro Único;
- IV. **Estudo Social:** Emitir pareceres e relatórios técnicos especificamente sobre matéria de Serviço Social, quando requisitado e pertinente ao trabalho social.

Seção IV – Das Atribuições Privativas e Específicas do(a) Psicólogo(a)

Art. 10. Compete exclusivamente ou especificamente ao Psicólogo(a), em observância às atribuições de seu **Núcleo Específico** fundamentadas na Lei Federal nº 4.119/1962 e Resoluções do CFP:

- I. **Escuta Psicológica:** Realizar escuta qualificada com foco no sofrimento psíquico, nos aspectos subjetivos e nas dinâmicas relacionais decorrentes da violação de direitos;
- II. **Avaliação Psicológica no Contexto Social:** Avaliar os recursos psíquicos e emocionais dos usuários para o enfrentamento da situação de risco, utilizando métodos e técnicas da psicologia;
- III. **Relatório Psicológico:** Elaborar documentos técnicos (relatórios, pareceres) com análise fundamentada na ciência psicológica, preservando o sigilo sobre relatos íntimos que não sejam estritamente necessários à garantia de direitos;
- IV. **Vedações:** Conforme as Referências Técnicas do CREPOP/CFP, é vedado ao psicólogo do CREAS:
 - a) Realizar psicoterapia clínica individual ou processos terapêuticos de longa duração (competência da Saúde/SUS);
 - b) Produzir documentos para fins exclusivos de prova judicial (perícia forense) ou inquirição de crianças sobre fatos criminosos.

Seção V – Do(a) Pedagogo(a)

Art. 11. Compete ao Pedagogo(a), fundamentado nas diretrizes do SINASE para Medidas Socioeducativas e normas do SUAS:

- I. **Articulação Escolar:** Realizar a interlocução sistemática com as escolas e a Secretaria de Educação para garantir a (re)inserção e permanência escolar de crianças e adolescentes acompanhados;
- II. **Acompanhamento Escolar:** Monitorar a frequência e o desempenho escolar dos usuários, identificando barreiras de aprendizagem que vulnerabilizam o indivíduo;
- III. **Projetos Político-Pedagógicos:** Auxiliar na elaboração e execução de projetos pedagógicos para as Medidas Socioeducativas e grupos do PAEFI;
- IV. **Mediação de Aprendizagem:** Desenvolver oficinas lúdicas e pedagógicas que estimulem o desenvolvimento cognitivo e social, focando na cidadania e direitos humanos;
- V. **Eixo Educação do PIA:** Responsabilizar-se tecnicamente pela construção e monitoramento das metas educacionais/profissionalizantes no Plano Individual de Atendimento (PIA).

Seção VI – Educador(a) Social

Art. 12. Compete ao Educador(a) Social, profissional de nível médio fundamental para a vinculação e abordagem conforme Resolução CNAS 17/2011:

- I. **Abordagem Social:** Realizar busca ativa e abordagem social em espaços públicos (ruas, praças), identificando situações de risco e trabalho infantil;
- II. **Apoio a Grupos:** Auxiliar os técnicos de nível superior na execução de oficinas e grupos socioeducativos;
- III. **Acompanhamento:** Acompanhar usuários em deslocamentos para acesso a serviços da rede (tirar documentos, consultas médicas), quando necessário para garantir o acesso;
- IV. **Vínculo:** Estabelecer vínculos de confiança com os usuários, facilitando a adesão destes ao acompanhamento técnico;
- V. **Registro:** Registrar as atividades de abordagem e visitas realizadas, reportando as ocorrências à equipe técnica.

Seção VII – Advogado(a)

Art. 13. Compete ao Advogado(a):

- I. Prestar orientação jurídico-social às famílias e indivíduos sobre seus direitos;
- II. Acompanhar o desenrolar de processos que envolvam violação de direitos dos usuários, sem assumir a representação judicial (papel da Defensoria Pública/OAB);
- III. Auxiliar a equipe na compreensão dos aspectos legais dos casos atendidos.

CAPÍTULO V DO FLUXO, PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTAIS

Art. 11. O acesso ao CREAS ocorre por:

- I. Demanda espontânea;
- II. Encaminhamento da rede socioassistencial (CRAS) e intersetorial;
- III. Encaminhamento dos órgãos de defesa de direitos (Conselho Tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário);
- IV. Denúncias (Disque 100, Disque 155).

Art. 12. São instrumentos obrigatórios de trabalho:

- I. Prontuário SUAS (Físico ou Eletrônico);
- II. Plano de Acompanhamento Familiar (PAF);
- III. Plano Individual de Atendimento (PIA) para Medidas Socioeducativas;
- IV. Registro Mensal de Atendimentos (RMA).

CAPÍTULO VI DOS LIMITES DE ATUAÇÃO (IMPORTANTE)

Art. 13. Visando garantir a especificidade do SUAS e não sobrepor atribuições de outros órgãos, **não** compete ao CREAS Guarabira:

- I. Realizar investigação de denúncias (papel da Polícia e Conselho Tutelar);
- II. Realizar inquirição ou oitiva de crianças para fins de prova judicial (Depoimento Especial/Escuta Especializada com fim de prova);
- III. Realizar perícias, vistorias ou estudos psicossociais exclusivos para subsidiar decisões judiciais de guarda e tutela (salvo quando a família já é acompanhada pelo serviço e o relatório é sobre o acompanhamento);
- IV. Executar tratamento clínico/terapêutico de transtornos mentais ou dependência química;
- V. Atuar como oficial de justiça ou realizar condução coercitiva de usuários.

CAPÍTULO VII DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

Art. 14. São direitos dos usuários:

- I. Ser atendido com sigilo, respeito e dignidade;
- II. Ter acesso às informações sobre seu plano de acompanhamento;
- III. Não ser submetido a tratamentos vexatórios ou discriminatórios.

Art. 15. São deveres dos usuários:

- I. Fornecer informações verídicas para a composição do cadastro;
- II. Respeitar os horários e normas de convivência do espaço;
- III. Colaborar com a execução do Plano de Acompanhamento pactuado.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. O horário de funcionamento do CREAS será de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h.

Art. 17. A equipe técnica deverá destinar carga horária específica para registro de informações, reuniões de equipe e articulação de rede, não se limitando apenas ao atendimento direto ao público.

Art. 18. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Coordenação do CREAS em conjunto com a Gestão da Assistência Social.

Art. 19. Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação.

Guarabira - PB, 28 de novembro de 2025.

Verônica Félix de Macedo
Secretário(a) Municipal de Assistência Social

Heloiza Maria de Lima
Coordenador(a) do CREAS



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
DE GUARABIRA-PB

CNPJ. 03.692.447/0001 - 67

EXTRATO DE APROVAÇÃO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do município de Guarabira, Estado da Paraíba, torna público que, em reunião ordinária realizada no dia 09 de outubro de 2026, deliberou pela aprovação do **Regimento Interno do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)**, após análise e discussão do documento apresentado.

A aprovação tem como objetivo contribuir para a organização e o funcionamento dos serviços ofertados pelo CREAS, fortalecendo o atendimento às crianças e aos adolescentes e às suas famílias, especialmente nos casos de ameaça ou violação de direitos, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e as demais normativas aplicáveis.

A presente deliberação foi aprovada pelo colegiado do CMDCA, conforme registro em ata da reunião, para que produza os efeitos administrativos cabíveis.

Guarabira – PB, 14 de outubro de 2026.



VERONICA FELIX DE MACEDO
SEAS-CMDCA
Presidente:
CPF: 384.954.88
Data: 15/10/2026 12:06:12 -03:00

Verônica Felix de Macedo
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de
Guarabira – PB

Casa dos Conselhos – Rua: Osório de Aquino, 97 – Centro – CEP: 58200 –
040 Guarabira - PB